



**EDITAL Nº  
12/2011**

**LIGAÇÃO DE IMÓVEIS EDIFICADOS AOS SISTEMAS DE  
ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DE  
ÁGUAS RESIDUAIS**

**MARIA DO CÉU DE OLIVEIRA ANTUNES ALBUQUERQUE, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
ABRANTES, TORNA PÚBLICO:**

1. Nos termos do artigo 69 do DL n.º 194/09, de 20 de Agosto, todos os edifícios existentes deverão estar ligados ao sistema público de abastecimento de água e ao sistema de saneamento de águas residuais urbanas, sempre que existentes.
2. Para se dar cumprimento ao referido artigo 69, nomeadamente ao n.º 8 ( notificação com antecedência de 30 dias), notificam-se, por esta via, todos os proprietários dos edifícios e demais interessados abrangidos que deverão requerer a ligação à rede de água de abastecimento público e à rede de saneamento, se disponível nos termos do ponto 4 deste edital.
3. O Requerimento deverá ser dirigido à entidade gestora – Serviços Municipalizados de Abrantes, no prazo de 30 dias a contar da data do presente Edital.
4. De acordo com recomendação da entidade reguladora (ERSAR), consideram-se existentes os serviços de água de abastecimento público e de águas residuais sempre que a rede pública esteja a uma distância igual ou inferior a 20 metros do limite da propriedade. Quanto ao serviço de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos (RSU) considera-se disponível se existe um contentor (do lixo) a distância igual ou inferior a 200 metros do limite da propriedade.
5. No concelho de Abrantes, os serviços de abastecimento de água e de recolha dos RSU abrange todo o concelho, à exceção de situações pontuais de locais isolados, por questões de sustentabilidade económica ou viabilidade técnica.
6. O saneamento de águas residuais urbanas é, igualmente, assegurado em todo o concelho sob a forma de dois sistemas distintos, mas complementares. Nas sedes de freguesia e nas localidades onde a sustentabilidade económica e a viabilidade técnica o permitem existem, ou estão a ser construídas, redes públicas de saneamento. Nas restantes localidades está disponível um sistema de recolha das águas residuais e lamas das fossas sépticas, e o seu transporte para ETAR onde são devidamente tratadas com os restantes efluentes.
7. O não cumprimento da obrigação de ligação implicará a aplicação do regime sancionatório previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 72º do citado diploma, constituindo contraordenação, punível com coima de € 1500 a € 3740, no caso de pessoas singulares, e de € 7500 a € 44 890, no caso de pessoas colectivas.
8. Sem prejuízo do número anterior, passado o prazo previsto no ponto 3 ( 30 dias) sem que seja requerida e feita a ligação ao sistema público, serão debitados os valores respeitantes às tarifas fixas de água, saneamento e RSU, escalão mais baixo do tipo doméstico ou não-doméstico de acordo com o tipo de utilizador em causa, tendo em vista o cumprimento do n.º 3 do artigo 8º da Lei n.º 23/96 de 26/7 , na redacção da Lei n.º 12/2008 de 26/2. São ainda devidas tarifas variáveis para o RSU e saneamento, neste caso se ligados à rede

- pública, calculadas com base em estimativas definidas de acordo com o tarifário em vigor, aprovado pela deliberação da Câmara Municipal nº 9, de 17 de Janeiro de 2011.
9. As presentes obrigações decorrem das responsabilidades que o Estado Português e as autarquias têm no âmbito das actividades de abastecimento público de água às populações, do saneamento de águas residuais urbanas e da gestão de resíduos urbanos, que constituem serviços públicos de carácter estrutural, essenciais ao bem-estar geral, à saúde pública e à segurança colectiva das populações, às actividades económicas e à protecção do ambiente.

**E PARA CONSTAR SE PUBLICA O PRESENTE EDITAL QUE VAI SER AFIXADO NOS LUGARES MAIS PÚBLICOS E DO COSTUME.**

Paços do Concelho de Abrantes, aos 14 de Fevereiro de 2011

A Presidente da Câmara Municipal de Abrantes



Maria do Céu Albuquerque